

Para que servem as metas?

Debate Programas do ensino básico Carlos Reis

A preparação de um conjunto de metas, visando disciplinas do Ensino Básico, tem suscitado uma discussão consentânea com a importância que as ditas metas revelam. Trata-se de instrumentos que podem ser analisados em dois níveis: no da *política educativa*, de acordo com o qual se entende necessário instituir, à escala nacional, resultados a atingir pela operacionalização dos programas das disciplinas em causa; no plano da *didática específica* de cada uma das disciplinas contempladas. Para os efeitos desta intervenção, fixo-me no primeiro plano; no respeitante às questões específicas, reservo para outro local e destinatário a minha opinião sobre o documento que se refere ao Português. Não posso deixar de ter em conta que me coube, há cerca de três anos, coordenar a equipa de trabalho que reformulou o programa de Português para o Ensino Básico, programa que, depois de homologado e também depois de um compasso de espera mal explicado, está a entrar em vigor gradualmente, tendo-se iniciado a sua vigência no ano escolar que está a terminar.

Isto quer dizer que, pelo menos no caso do Português, as metas trabalham com um programa recente, que foi objeto de demorada preparação, consulta a especialistas e debate público. Não me cabe outra coisa que não seja dizer o óbvio: se os programas das disciplinas que agora estão em causa se encontram em vigor, as metas não reportar-se a eles, sem incorrerem na tentação de subverter o que neles se encontra. Noutros termos: os programas são instrumentos estratégicos, com uma vigência temporal alargada (anos ou até décadas); as metas são instrumentos de feição tática, maleáveis e tendendo a induzir ou mesmo a traçar opções, ritmos e atos pedagógicos que os programas não tinham que fixar de forma rígida.

Duas coisas conviria assegurar (ou ter assegurado), quando se entendeu necessário estabelecer as metas. Uma não o foi; sobre a outra falarei com cautela. Pelo menos no caso do Português não foi assegurada uma ligação, que a todos os títulos teria sido conveniente, entre quem preparou o programa e quem se encarregou das metas. E não apenas por uma questão de cortesia, coisa que nem sempre preocupa os responsáveis políticos, mas por elementar preocupação de funcionalidade. Imagino que a elaboração das metas terá partido de uma bem ponderada leitura dos programas, que são documentos longos, relativamente complexos e com zonas de “abertura” que o trabalho em sala de aula procura resolver; sem essas “aberturas” o trabalho do professor perderia a margem de criatividade e de adequação contextual que, tanto quanto sei (também sou professor), ele deve ter. Se tivesse existido a tal ligação (não houve tempo? Não houve lembrança? Não pareceu necessário?), ter-se-iam evitado crispções e equívocos que introduzem ruído e descontinuidade num domínio tão sensível como o da política educativa; uma ligação, insisto,



Não há como dizê-lo de forma suave. Ao que parece, as metas “afirmam”, sem o explicitar, o seguinte: o poder político tem dúvidas sobre a forma como se trabalha na sala de aula



que deveria ter acontecido quando o processo começou e não quando estava prestes a terminar. E é com a tal cautela de quem não conhece como foram constituídas as equipas de trabalho que acrescento o seguinte: quem ativamente intervém nesta matéria (ou seja: quem elabora as metas) há de estar em sintonia genérica com os programas e com a filosofia curricular que eles traduzem; se não for assim (e todos temos direito à discordância, como é evidente), melhor será ficar de fora, sob pena de, mesmo involuntariamente (ia a dizer subconscientemente...), se chegar ao que as metas não devem fazer: “reinventar” encapotadamente os programas. Que o mesmo é dizer: fazer *outra coisa*, fora do tempo em que ela deveria ser feita.

Dito isto e para que as coisas fiquem claras, afirmo duas coisas. Uma: considero pertinente e oportuno o estabelecimento de metas harmonizadas com os programas. Outra: não devem ser os autores dos programas os responsáveis pela formulação das metas, sob pena de estas serem uma reiteração linear e talvez acrítica do que nos programas está dito. Sendo isto para mim evidente e com o respeito devido a todos os envolvidos no processo educativo, vale a pena proceder a indagações de outra índole, no sentido de percebermos a razão ou razões políticas (é disso que se trata aqui) que subjazem, a meu ver de forma subtilmente tácita, à determinação de metas curriculares.

Não há como dizê-lo de forma suave. Ao que parece, as metas “afirmam”, sem o explicitar, o seguinte: o poder político tem dúvidas sobre a forma como se trabalha na sala de aula. Tais dúvidas são talvez legítimas e decorrerão porventura da crença, que será a de quem nos governa, de que os professores têm uma preparação insuficiente, conhecem “rotas de fuga” para o trabalho que lhes é distribuído ou simplesmente não têm tempo nem motivação para fazerem muito daquilo que os programas escolares exigem. Outra coisa que as metas “afirmam”: estamos a entrar num tempo em que o exame, seja qual for o peso avaliativo que se lhe dê (e ele tende a ser cada vez maior), constitui um fator decisivo no trajeto do aluno; sendo assim, há que cultivar máximos (e já não mínimos) denominadores comuns que viabilizem as condições de homogeneidade curricular e de equidade em que deve concretizar-se o chamado *exame nacional*. E não estou a dizer que discordo dele. Ainda mais uma “afirmação” tácita que as metas tornam audível: há participantes no processo educativo que interferem excessivamente no trabalho dos professores; ao que me dizem, alguns desses participantes são protagonistas, mais do que comparsas com função ancilar e chamam-se manuais escolares. Pergunto: será verdade que frequentemente é o manual e não o programa que rege o trabalho na aula?

Se as reflexões, as afirmações tácitas e as perguntas conexas que sugiro fazem algum sentido, então as metas não são o que parecem e os programas perdem até razão de ser. Noutros termos: os programas e as metas são uma gota de água no vasto mar de problemas que a política educativa enfrenta.

Professor da Universidade de Coimbra

Parem de legislar!

Debate Professores e novo ano lectivo Filinto Lima

O ano letivo que se aproxima vai ser muito diferente, nos múltiplos aspetos que envolve uma escola. De há uns anos a esta parte, as constantes mudanças que os sucessivos governos introduzem na área da Educação originam desestabilização e falta de serenidade entre profissionais competentes e que tudo dão em prol dos seus alunos. Nuno Crato entrou no 2.º ano de governação e, embora tivesse tomado algumas medidas logo que chegou à 5 de Outubro, estes últimos meses foram avassaladores em termos de legislação escolar, e as suas consequências vão fazer-se sentir mais aprofundadamente durante um ano que antevio muito complicado.

O Novo Estatuto do Aluno e Ética Escolar (acrescento do Ministério da Educação e Ciência), a reorganização da estrutura curricular dos ensinos básico e secundário, as novas metas para algumas disciplinas, o despacho que regulamenta a organização do ano letivo, a constituição das agregações de escolas (vulgo megaagrupamentos) são alguns temas previstos nos documentos legais, a par das alterações introduzidas ao Decreto-LOei n.º 75/2008, de 22 de abril (aprovou o regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos da educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário), que estão a dar um trabalho colossal às instituições educativas.

Na verdade, algumas das alterações que os diplomas acima referidos vão trazer às escolas foram alvo de avaliação? Não. Não seria necessário explicar bem os motivos das mudanças? Sim. Isto acontece invariavelmente com todos os partidos dos sucessivos Governos, sem nunca prever as consequências.

Um exemplo paradigmático: a criação da figura do professor titular, banida já dos nossos estabelecimentos de ensino, colocou os docentes em pé de guerra com o Governo da altura, criando péssimo ambiente nas escolas e nas relações entre os professores, atirando até grande parte da opinião pública contra os professores, injustamente. Foi uma das bandeiras de então, que já foi enterrada, mas as suas consequências, nefastas, ainda perduram quer naqueles que continuam no ensino, quer naqueles que foram atirados fora pelo sistema. Infelizmente os destroços daquela medida permanecem.

São casos como este que nos devem fazer refletir em comum e obrigar os partidos com assento na Assembleia da República a assinar um pacto na Educação, pois percebe-se que é uma arena política demasiado perigosa para fazer experimentações sem avaliar o que está para trás, nem antever os respetivos resultados.

O país só tem a ganhar se forem traçadas e aceites por todos linhas condutoras de atuação na área da Educação, de modo a pacificar e a deixar trabalhar os professores, os menos culpados das alterações a *torto e a direito* que proliferam na política educativa. Não é possível exigir aos professores mais sacrifícios em prol de um ensino que não estabiliza e se concentra em objetivos essenciais e comuns. Parem de legislar, deixem os professores trabalhar!

Coordenador dos diretores da Região Norte no Conselho das Escolas. Versão integral online